



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

4593

Presidente da Mesa Diretora: Geraldo Corrêa Machado Filho

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Diversos

Autoria: José Geraldo Cardoso

Data: 12/02/1998

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 42/98. Assegura a livre organização estudantil nos estabelecimentos de ensino, e dá outras providências (Grêmios Estudantis). (Referente à Lei nº 2.603, de 22/06/1998).

Controle Interno – Caixa: 9.1

Posição: 30

Número de folhas: 12

Espécie: PL
Categoria: Diversos
Cl: 9.1
Ordem: 30
nº fls: 09



Câmara Municipal de Montes Claros

PROTOCOLO DE ORIGEM	ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA:
Nº _____	ASSESSOR:
DATA <u>12</u> / <u>02</u> / <u>98</u>	PROJETO: 42/98
	NÚMERO:

PROJETO DE LEI Nº ____/98

AUTOR: Vereador José Geraldo Cardoso (Gera do Chica)

Caixa

ASSUNTO:

Assegura a livre organização estudantil e dá outras providências

MOVIMENTO

- 1 Entrada: 12.02.98
- 2 À Com. de Leg. e Justiça em
- 3 ~~Aprovado~~ ~~em 1ª~~ ~~em 19~~, ~~sem emendas~~ 10/03/98
- 4 ~~Quarta~~ ~~em 2ª~~ ~~em 27/03/98~~
- 5 ~~Aprovado~~ ~~em 2ª~~, ~~com emendas~~ - 17/03/98
- 6 ~~APROVADO~~ ~~em 3ª~~ ~~em 09/06/98~~
- 7
- 8
- 9
- 10



Câmara Municipal de Montes Claros (MG)

PROJETO DE LEI Nº _____

Assegura a livre organização estudantil e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - É livre a organização e funcionamento de Grêmios Estudantis ou entidades similares nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus, públicos ou privados, bem como naqueles de caráter cooperativo ou associativo.

Parágrafo único - As entidades de que trata este artigo, dentre outras funções, representarão os interesses dos estudantes e expressarão suas reivindicações.

Artigo 2º - Compete exclusivamente aos estudantes dispor sobre a criação, estruturação normativa, organização, funcionamento e modificações das entidades mencionadas no artigo anterior.

Parágrafo único - Os grêmios estudantis ou entidades similares, terão seus estatutos próprios, desde que não entrem em conflito com o estatuto do DEMC (Diretório dos Estudantes de Montes Claros).

Artigo 3º - Fica vedada a interferência externa nas atividades próprias das entidades de que trata esta Lei.

Parágrafo único - Nos estabelecimentos de ensino que não exista Grêmio Estudantil estruturado, ou que não tenha sido realizadas eleições para sua composição, a iniciativa de fazê-lo poderá ser tomada por uma comissão de estudantes, devidamente matriculados no respectivo estabelecimento, ou pela diretoria do DEMC (Diretório dos Estudantes de Montes Claros) ou da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas).



Câmara Municipal de Montes Claros (MG)

Artigo 4º - A direção dos estabelecimentos de ensino garantirá, na esfera de sua unidade:

I - Local para realização de reuniões e atividades assemelhadas, desde que solicitada com antecedência mínima de sete (7) dias;

II - Espaço para divulgação das atividades e promoções do Grêmio Estudantil, em local de grande circulação de alunos;

III - Livre circulação e expressão dos dirigentes dos Grêmios Estudantis e das entidades representativas de estudantes, de âmbito municipal, estadual, e federal.

Artigo 5º - É garantida a matrícula dos membros dos Grêmios Estudantis, exceto quando:

I - O aluno, ou seu responsável legal, fizer opção por deixar a instituição escolar;

II - O aluno praticar ato incompatível com sua condição de estudante, comprovado em processo administrativo onde lhe seja garantida ampla defesa.

Artigo 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, 26 de março de 1998.

Geraldo Corrêa Machado Filho
Presidente

Sebastião Ildeu Maia
1º Secretário.

Antônio Carlos



Câmara Municipal de Montes Claros (MG)

PROJETO DE LEI Nº _____

Assegura a livre organização estudantil e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - É livre a organização e funcionamento de Grêmios Estudantis ou entidades similares nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus, públicos ou privados.

Parágrafo único - As entidades de que trata este artigo, dentre outras funções, representarão os interesses dos estudantes e expressarão suas reivindicações.

Artigo 2º - Compete exclusivamente aos estudantes dispor sobre a criação, estruturação normativa, organização, funcionamento e modificações das entidades mencionadas no artigo anterior.

Parágrafo único - Os grêmios estudantis ou entidades similares, terão seus estatutos próprios, desde que não entrem em conflito com o estatuto do DEMC.

Artigo 3º - Fica vedada a interferência externa nas atividades próprias das entidades de que trata esta Lei.

§ 1º - Esta proibição não alcança ao Diretório dos Estudantes de Montes Claros - DEMC, que tem poderes para orientar, fiscalizar e punir aos respectivos presidentes eleitos ou a diretoria, em caso de faltas graves, na forma prevista nos estatutos;

§ 2º - Havendo algum estabelecimento de ensino que não tenha sido realizada as eleições para composição do grêmio, caberá ao DEMC convocá-las ou, em última hipótese, realizá-la e empossar aos eleitos.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
M 12 DE fevereiro DE 19 98

PRESIDENTE

E' legal e constitucional

12/02/98

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR
sem emendas
EM 10 DE março DE 19

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

EM 13 DE março DE 1998

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO POR
com emendas
EM 17 DE março DE 19 98

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 3ª DISCUSSÃO POR

EM 09 DE junho DE 1998

PRESIDENTE

Pela aprovação.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 09 DE junho DE 1998
PRESIDENTE



Câmara Municipal de Montes Claros (MG)

Artigo 4º - A direção dos estabelecimentos de ensino garantirá, na esfera de sua unidade:

I - Local para realização de reuniões e atividades assemelhadas, desde que solicitada com antecedência mínima de sete (7) dias;

II - Espaço para divulgação das atividades e promoções do Grêmio Estudantil, em local de grande circulação de alunos;

III - Livre circulação e expressão dos dirigentes dos Grêmios Estudantis e das entidades representativas de estudantes, de âmbito municipal, Estadual, Regional ou Nacional.

Artigo 5º - É garantida a matrícula dos membros dos Grêmios Estudantis, exceto quando:

I - O aluno, ou seu responsável legal, fizer opção por deixar a instituição escolar;

II - O aluno praticar ato incompatível com sua condição de estudante, comprovado em processo administrativo onde lhe seja garantido ampla defesa.

Artigo 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, 26 de janeiro de 1998.

Vereador José Geraldo Cardoso
(Gêra do Chica)

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 12 DE fevereiro DE 1998

PRESIDENTE

É legal e constitucional

02/03/98

A. L. S. Guerrero
A. Silva

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 19 DISCUSSÃO POR
seis emendas
EM 10 DE março DE 1998

PRESIDENTE

Aqui está a Lei

Terça-feira, 5 de novembro de 1985
Brasília - DF

Atos do Poder Legislativo
Lei nº 7.398, de 04 de novembro de 1985

Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências.

Art. 1º - Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Grêmios estudantis como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais.

§ 1º - (Vetado).

§ 2º - A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidas nos seus estatutos, aprovados em Assembléia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino convocada para este fim.

§ 3º - A aprovação dos estatutos, e a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmio Estudantil serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante, observando-se, no que couber, as normas da legislação eleitoral.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 04 de novembro de 1985

164º da Independência e
97º da República

José Sarney

Esta

nesi
cad
dev

Art.
com
Par
apro

Art.
1º -
2º -
3º -
4º -
alun
5º -
desp
6º -
povo
7º -
fundi
conv
8º -
de pa

Art.
1º -
2º -
3º -
4º -
5º -

Art.
respo
§ 1º
assin
Entid
§ 2º
prov
§ 3º
Cons
ou à
§ 4º
ou gr

Art.
a) A
b) O
c) A
d) O

Art.
term
ment



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Estado de Minas Gerais

concorrentemente, a mais de uma pessoa ou órgão, mas em casos expressos, é outorgada com exclusividade a um deles apenas.

No presente Projeto de Lei, a iniciativa e concorrente está contida nas disposições do art. 39 da Lei Orgânica Municipal c/ com item II do art. 166 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros.

CONSTITUCIONALIDADE: O Projeto de Lei em destaque está embasado nas disposições da Lei nº 7.389, de 04 de novembro de 1985, que "dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras procedências". *(Segue, em anexo, cópia da Lei mencionada)*

Conclusão

Diante do exposto, preenchidas as disposições legais, chega-se à conclusão que o Projeto de Lei, de autoria do Vereador José Geraldo Cardoso, é legal e constitucional.

Este é o nosso parecer.

Assessoria Jurídica Parlamentar, 11 de fevereiro de 1998


Manoel Rodrigues da Silveira
Assessor Jurídico

Manoel R. Silveira
Assessor Jurídico Parlamentar
Montes Claros - MG





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
Estado de Minas Gerais

Parecer
Assessoria Jurídica Parlamentar

Projeto de Lei nº ____/98

Relatório

De autoria do Vereador, **José Geraldo Cardoso**, o Projeto de Lei em tela
"Assegura a livre organização estudantil e dá outras providências".

Enviada a proposição a esta Assessoria, para ser apreciada quanto à
constitucionalidade, passamos a emitir o seguinte parecer:

Fundamentação

Em sua obra "**Curso de Direito Constitucional Positivo**", o Professor
José Afonso da Silva define o Processo Legislativo como um conjunto de atos
preordenados visando a criação de normas de Direito. Esses atos são: a)
iniciativa legislativa; b) emendas; c) votação; d) sanção e veto; e) promulgação e
publicação.

INICIATIVA LEGISLATIVA. É em termos simples, a faculdade que se
atribui a alguém ou a algum órgão para apresentar Projetos de Lei ao
Legislativo. Em rigor, não é ato de Processo Legislativo. É conferida,





Câmara Municipal de Montes Claros (MG)

Emendas ao Projeto de Lei que “Assegura a livre organização estudantil e dá outras providências.”

EMENDA UM:

O artigo 1º do referido Projeto de Lei passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 1º - É livre a organização e funcionamento de Grêmios Estudantis ou entidades similares nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus, públicos ou, privados, bem como naqueles de caráter cooperativo ou associativo.

EMENDA DOIS:

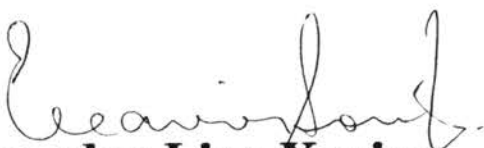
Fica suprimido o parágrafo 1º do Artigo 3º.

EMENDA TRÊS:

O parágrafo 2º do Artigo 3º, que passa a ser Parágrafo Único, passa a vigorar com o seguinte teor:

“Parágrafo Único : Nos estabelecimento de ensino em que não exista Grêmio Estudantil estruturado, ou em que não tenham sido realizadas eleições para a sua composição, a iniciativa de fazê-lo poderá ser tomada por uma comissão de estudantes, devidamente matriculados no respectivo estabelecimento, ou pela diretoria do DEMC ou da UBES(União Brasileira de Estudantes Secundaristas)”.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros, 10 de março de 1998.


Vereador Lipa Xavier
PCdoB



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Estado de Minas Gerais

Parecer Comissão de Legislação, Justiça e Redação

A Comissão se reuniu com o Assessor Jurídico da Câmara e, após examinar as Emendas apresentadas pelo Vereador Eurípedes Xavier Souto (*Lipa Xavier*) ao Projeto de Lei nº ____/98, de autoria do Vereador José Geraldo Cardoso (*Gêra do Chica*), "que assegura a livre organização estudantil e dá outras providências...", chegou-se à conclusão que as Emendas apresentadas são legais e constitucionais.

Sala das Sessões, 16 de março de 1998


Antônio Soares Silva (*Toninho Guerreiro*)
Vereador


Ubaldo Ferreira Gonçalves
Vereador


Antônio Silveira Sá
Vereador


Manoel R. Silveira
Assessor Jurídico Parlamentar
Montes Claros - MG